



GRUPO
SILVIO SANTOS

Liderança

capitalização s/a

CNPJ nº 60.853.264/0001-10
Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Liderança Capitalização S.A. ("Empresa") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do relatório dos Auditores Independentes.
A Empresa encerrou o exercício de 2012 com ativos totais no montante de R\$ 1.059.026 mil, receita bruta de R\$ 350.707 mil, o que representou um crescimento de 9% em relação ao exercício anterior e lucro líquido de R\$ 43.867 mil.
Operações de Capitalização
Unindo-se a parceiras comerciais para a distribuição do produto, a Empresa vem dinamizando e criando novas formas de abordagem ao consumidor, propiciando aos investidores, maiores atrativos, fazendo com que o produto seja cada vez mais aceito em todos os níveis sociais, face ao linguajar adotado e pela simplicidade do investimento, o qual não apresenta ao seu investidor qualquer risco quanto a sua liquidez.
Investimentos
A Empresa adota uma política de investimentos conservadora, privilegiando a liquidez e a qualidade dos ativos. Utiliza métodos estatísticos para avaliação de risco que visam monitorar e identificar possíveis desvios da política e eventual ruptura dos principais indicadores financeiros que possam comprometer a

gestão dos ativos.
Tal conservadorismo permite que os valores comprometidos das reservas tenham recursos suficientes para honrar os compromissos em qualquer tempo, com larga margem de segurança. Os direitos dos clientes, representados pelas reservas técnicas, no valor R\$ 466.329 mil estão devidamente garantidos por aplicações financeiras totais de R\$ 583.113 mil das quais R\$ 507.001 mil foram oferecidas em cobertura das reservas técnicas com um excedente de cobertura de R\$ 40.672 e apresentam um montante de R\$ 76.112 mil em reservas livres, o que demonstra capacidade financeira para a Empresa manter até o vencimento as aplicações financeiras marcadas nesta categoria, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 430/12.
Distribuição de Lucros e Dividendos
De acordo com o estatuto social, a distribuição de lucros e de dividendos fica à disposição da Assembleia Geral, que dará a destinação que lhe convier respeitada as normas legais aplicáveis. Do resultado do exercício apurado foi disponibilizado aos acionistas o montante de R\$ 25.001 mil sendo R\$ 8.501 mil de dividendos antecipados, conforme estabelecido no Estatuto Social da Empresa e R\$ 16.500 mil a título de Juros Sobre o Capital Próprio.

Perspectivas e Planos da Administração
A Empresa acredita que não há gestão eficaz sem o compromisso com a ética em seus relacionamentos. A visão de gestão de riscos e de gestão de ativos e passivos com funções de controle pode revelar cada vez mais a capacidade da Empresa adicionar valor ao seu negócio, através do desenvolvimento de um processo cuidadoso e amplo de planejamento estratégico e tático associado ao seu processo de decisão.
Outras informações
Em conformidade com o disposto na Circular SUSEP nº 430, de 5 de março de 2012, a Empresa, declara que não houve nenhum acordo de acionistas ou qualquer alteração do controle acionário.
Agradecimentos
Registramos nossos agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso da Empresa, com destaque para nossos clientes, distribuidores, fornecedores, prestadores de serviços, funcionários e demais empresas do Grupo Silvio Santos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2013

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2012 e 2011							
(Em milhares de Reais)							
	Nota	2012	2011		Nota	2012	2011
Ativo				Passivo			
Circulante		648.513	630.000	Circulante		512.187	457.608
Disponível.....		247	3.120	Contas a pagar.....		36.278	18.620
Caixa e bancos.....	4	247	3.120	Obrigações a pagar.....	14	16.237	11.202
Aplicações.....	5	583.113	569.692	Impostos e encargos sociais a recolher.....		2.580	4.802
Créditos das operações de capitalização.....	6a	34.041	33.808	Encargos trabalhistas.....		1.480	1.416
Créditos a receber.....	7	9.744	7.657	Impostos e contribuições.....		15.921	1.043
Títulos e créditos a receber.....	8	18.478	13.644	Outras contas a pagar.....		60	157
Títulos e créditos a receber.....	7	9.744	7.657	Débitos de operações com capitalização		5.542	4.115
Créditos tributários e previdenciários.....	8	18.478	13.644	Débitos operacionais.....	15	5.542	4.115
Outros créditos.....		270	515	Depósitos de terceiros		6	5
Despesas antecipadas.....	9	2.620	1.744	Provisões técnicas - capitalização.....	16-a	466.329	430.836
Ativo não circulante.....		410.513	362.344	Provisão para resgates.....		395.396	361.840
Realizável a longo prazo.....		399.293	351.250	Provisão para sorteio.....		43.551	42.696
Aplicações.....	5	-	2.750	Outras provisões.....		27.382	26.300
Títulos e créditos a receber.....		152.079	146.695	Outros débitos		4.032	4.032
Créditos tributários e previdenciários.....	8	119.016	118.258	Débitos diversos.....	17-g	4.032	4.032
Depósitos judiciais e fiscais.....	17	15.836	12.486	Passivo não circulante		251.290	234.355
Outros créditos operacionais.....	10	17.227	15.951	Contas a pagar.....		1.229	1.473
Outros valores e bens	11	247.214	201.805	Tributos diferidos.....		1.229	1.473
Investimentos.....		3.155	3.132	Outros débitos		204.609	183.472
Participações societárias.....	12	3.148	3.125	Provisões judiciais.....	17	204.609	183.472
Outros investimentos.....		7	-	Débitos diversos	17-f-g	45.452	49.410
Imobilizado	13	7.993	7.850	Patrimônio líquido	18	295.549	300.381
Imóveis de uso próprio.....		6.208	6.208	Capital social.....		273.323	273.323
Bens móveis.....		669	674	Reservas de capital.....		557	557
Outras imobilizações.....		1.116	968	Reservas de lucros.....		21.669	2.803
Intangível.....		72	112	Dividendo adicional proposto.....		-	23.089
Outros intangíveis.....		72	112	Ajustes com títulos e valores mobiliários.....		-	609
		1.059.026	992.344			1.059.026	992.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)							
	Capital social	Reservas de Capital	Lucros	Dividendo adicional proposto	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	273.323	557	-	-	-	(13.736)	260.144
Títulos e valores mobiliários.....	-	-	-	-	609	-	609
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	40.919	40.919
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	2.803	23.089	-	(27.183)	(1.291)
Reserva legal.....	-	-	1.359	-	-	(1.359)	-
Reserva de lucros a realizar.....	-	-	1.444	-	-	(1.444)	-
Dividendo mínimo obrigatório.....	-	-	-	-	-	(1.291)	(1.291)
Dividendo adicional proposto.....	-	-	-	23.089	-	(23.089)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	273.323	557	2.803	23.089	609	-	300.381
Títulos e valores mobiliários.....	-	-	-	-	(609)	-	(609)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	43.867	43.867
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	18.866	(23.089)	-	(43.867)	(48.090)
Reserva legal.....	-	-	2.193	-	-	(2.193)	-
Reserva de lucros a realizar.....	-	-	16.673	-	-	(16.673)	-
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	-	-	(16.500)	(16.500)
Dividendo adicional proposto.....	-	-	-	(23.089)	-	(8.501)	(31.590)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	273.323	557	21.669	-	-	-	295.549

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional
A Liderança Capitalização S.A. ("Empresa"), devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), situada na Rua Jaceguai nº 400, São Paulo, opera na colação de títulos de capitalização denominados "Tele Sena". Para a colação desses títulos é utilizada uma rede de distribuidores em todo o Brasil, que também atuam como postos para o resgate dos títulos. Os títulos são emitidos de acordo com as normas da Circular SUSEP nº 365, de 27 de maio de 2008 e alterações posteriores, e segundo as condições gerais e notas técnicas atuárias. Os títulos são estruturados em séries, com prazo de vigência de 12 meses, na modalidade Popular e forma de custeio do tipo Pagamento Único (PU) com capitalização de 50%. Esses títulos têm prazo de prescrição de até cinco anos, conforme previsto no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).
A Empresa foi constituída sob natureza jurídica de Sociedade Anônima de capital fechado, tendo seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

	Silvio Santos Participações S.A.		Senor Abravanel		Henrique Abravanel		Total
	Quantidade de ações	% de ações	Quantidade de ações	% de ações	Quantidade de ações	% de ações	
Silvio Santos Participações S.A.	-	-	853.823	97,00%	26.417	3,00%	880.240
Liderança Capitalização S.A.	288.137	93,30%	-	-	20.703	6,70%	308.840

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com a observância das práticas contábeis aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP.
Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 430/12.
O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e a demonstração de resultados em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparabilidade diferem dos anteriormente publicados em decorrência das seguintes reclassificações de saldos, originadas da adoção dos modelos de publicação contidos na Circular SUSEP nº 430/12.

Passivo	Saldos anteriormente divulgados		Reclassificações	Saldos reclassificados	
Circulante					
Impostos e encargos sociais a recolher.....	4.899	(97)		4.802	
Encargos trabalhistas.....	1.319	97		1.416	
Débitos operacionais.....	-	4.115		4.115	
Outros débitos operacionais.....	4.115	(4.115)		-	
Provisões judiciais.....	-	4.032		4.032	
Débitos diversos.....	4.032	(4.032)		-	
Não circulante					
Provisões judiciais.....	185.166	(1.694)		183.472	
Débitos diversos.....	47.716	1.694		49.410	
Subtotal	247.247	-		247.247	
Demais passivos.....	745.097	-		745.097	
Total do passivo	992.344	-		992.344	

Recursos	Saldos anteriormente divulgados		Reclassificações	Saldos reclassificados	
Recursos líquidos com títulos de capitalização	308.300	(127.189)		181.111	
Arrecadação com títulos de capitalização.....	320.474	-		320.474	
Variação da provisão para resgate.....	(139.363)	-		(139.363)	
Despesas com títulos resgatados e sorteados	(153.533)	153.533		-	
Variação da provisões técnicas	(12.350)	(12.350)		-	
Resultado com outras provisões técnicas.....	(12.350)	-		(12.350)	
Resultado com sorteios	(14.650)	(14.650)		-	
Custos de aquisição	(130.475)	(130.475)		-	
Despesas de comercialização	(131.111)	131.111		-	
Outras receitas e despesas operacionais	(59)	(219)		(278)	
Outras receitas e despesas operacionais.....	20	-		20	
Outras despesas operacionais.....	(298)	-		(298)	
Resultado operacional	42.097	(239)		41.858	
Ganhos e perdas com ativos não correntes	(2.026)	239		(1.787)	

Em atendimento à Circular SUSEP 424/11 - Anexo IV, em 31 de dezembro de 2011, a Empresa apresentou as demonstrações dos fluxos de caixa (DFC) pelo método direto. Em 2012, tendo em vista a opção apresentada pela Circular SUSEP 430/12 - Anexo IV, a Empresa optou por apresentar essas demonstrações pelo método indireto. Para fins de comparabilidade, o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está sendo apresentado pelo método indireto.
A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2013.

a. Base para mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens contemplados nos balanços patrimoniais:
• Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
• Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

b. Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

c. Uso de estimativas e julgamentos
Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.
Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas e julgamentos críticos considerados na aplicação das práticas contábeis, que apresentam efeitos significativos nos saldos registrados nas demonstrações financeiras incluem dentro outros, o valor justo das aplicações, o valor das provisões requeridas para ajustar os ativos ao seu valor provável de realização ou recuperação, as provisões judiciais, os impostos diferidos, a receita e despesas dos títulos de capitalização, cujo período de venda não foi finalizado, e as provisões técnicas.

3. Principais práticas contábeis adotadas
a. Caixa e equivalente de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa e depósitos bancários à vista em moeda nacional e compreendem os saldos registrados na rubrica "caixa e bancos".

b. Apuração de resultado
As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.
As receitas líquidas com títulos de capitalização, assim como os respectivos custos de comercialização e provisões técnicas, conforme Circular SUSEP nº 430/12, são integralmente registradas no mês de emissão dos títulos com base em estimativa que consideram parâmetros históricos para cada campanha de venda. Após o término das campanhas são efetuados os ajustes e consequentemente refletidas as vendas e despesas efetivas.

c. Ativos financeiros
Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado; mantidos até o vencimento; disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis.
Valor justo por meio de resultado - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado e a Empresa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.
Disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Mantidos até o vencimento - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem os "Créditos das operações com capitalização", decrescidos de qualquer perda por valor recuperável.
Redução ao valor recuperável (Ativo financeiro)
Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado quando da efetiva venda dos ativos.
Valor justo
Os títulos classificados como "valor justo por meio do resultado" e "disponíveis para venda" são ajustados ao seu valor justo (mercado). As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente investido e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração, e por se tratar de operações de curto prazo, o custo atualizado está próximo ao valor de mercado.

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

d. Créditos das operações de capitalização
Registram o valor dos títulos de capitalização a receber, em poder dos distribuidores durante o seu período de comercialização.
e. Despesas antecipadas
Compreende, principalmente, custos e despesas incorridos e necessários à colocação de títulos relativos às campanhas futuras, cuja comercialização ainda não iniciou até a data de fechamento do balanço.
f. Outros ativos
Demonstrados ao valor de custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, até a data de balanço, em base por rata diá. Conforme Notas Explicativas nº 21-e-f-g, o valor a receber originado da venda de investimentos esta apresentado a valor presente.
g. Investimentos e imobilizado
Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada, exceto quanto às participações societárias em coligadas e controladas que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item. Reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

O imobilizado é depreciado usando o método linear conforme se segue:
Bens móveis..... 5 a 10
Outras imobilizações..... 25
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício.
Imóveis de uso próprio compreendem, principalmente, o edifício sede da Empresa. O valor de mercado dos imóveis, apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada em agosto/11, encontra-se superior ao valor contábil e, como consequência e em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado foi cessado o registro da depreciação.

h. Passivo circulante e não circulante
Mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Obrigações a pagar decorrem do curso normal das atividades da Empresa, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário é registrado no passivo não circulante.
i. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Atividades operacionais..... 2012 2011
Lucro líquido do período..... 43.867 40.919
Ajustes para:
Depreciações e amortizações..... 272 833
Perdas (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos..... (5) 577
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível..... (5) (3)
Resultado de equivalência patrimonial..... (469) 504
Outros ajustes..... (607) 610
Variação das contas patrimoniais.....
Ativos financeiros..... (10.671) (62.244)
Créditos das operações de capitalização..... (233) (3.397)
Créditos fiscais e previdenciários..... (4.090) (5.376)
Ativo fiscal diferido..... 1.689 403
Depósitos judiciais e fiscais..... (3.950) (1.373)
Despesas antecipadas..... (876) (99)
Outros ativos..... (48.081) (21.793)
Fornecedores..... (1.136) 215
Impostos e contribuições..... 10.181 597
Outras contas a pagar..... (277) 724
Débitos de operações com capitalização..... 1.427 24
Depósitos de terceiros..... 1 (5)
Provisões técnicas - capitalização..... 35.493 35.703
Provisões judiciais..... 21.137 (35.442)
Outros passivos..... (3.958) 53.442
Caixa gerado/(consumido) nas operações..... **40.314 4.819**
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio..... - (1.273)
Impostos sobre lucros pagos..... (3.371) (1.905)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais..... **36.943 2.241**

Atividades de investimento



GRUPO SILVIO SANTOS

Liderança

capitalização s/a

CNPJ nº 60.853.264/0001-10
Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em Realizado)

Movimentação das aplicações financeiras

	Saldos em 2011	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste a valor justo	Saldos em 2012
Fundos de renda fixa abertos	41.125	-	-	3.423	-	44.548
Fundos exclusivos de títulos públicos	404.536	507.870	(470.640)	37.884	(1.016)	478.634
CDB - Certificados de depósitos bancários	126.781	241.900	(314.615)	5.865	-	59.931
Total	572.442	749.770	(785.255)	47.172	(1.016)	583.113

	2012	2011
Aplicações financeiras vinculadas a cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimentos	481.802	438.937
Certificados de depósito bancário	25.199	89.617
Total vinculado	507.001	528.553

	2012	2011
Aplicações financeiras livres		
Quotas de fundos de investimentos	41.380	6.724
Certificados de depósito bancário	34.732	37.164
Total de aplicações livres	76.112	43.889

	2012	2011
Provisões Técnicas (Nota 16a)	466.329	430.836
Aplicações financeiras - Recursos livres	116.784	141.606
Excesso de cobertura	40.672	97.717
Aplicações financeiras livres	76.112	43.889

Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

A Empresa classifica as aplicações financeiras em três níveis de hierarquia na determinação do valor justo:

- Nível 1 - Títulos cotados em um mercado ativo (não ajustados) de forma que possam ser acessados diariamente;
- Nível 2 - Títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - Títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	2012	2011
Ativo financeiro	Nível 2	Nível 2
Valor justo por meio do resultado	44.548	41.125
Disponíveis para venda	478.634	404.536
Total	523.182	445.661

6. Crédito das operações com capitalização

	2012	2011
a. Crédito a receber de distribuidores por vencimento		
Avencer	34.041	33.808
De 1 a 60 dias	-	-
Total do circulante	34.041	33.808

b. Movimentação da conta de títulos de capitalização a receber

	2012	2011
Saldos no início do exercício	33.808	30.411
Arrecadação com títulos de capitalização	350.707	320.474
Brindes, furtos e prêmios instantâneos	(177)	(177)
Eventos diversos	(4.11)	2.602
Recebimentos	(345.586)	(319.502)
Total	34.041	33.808

7. Títulos e créditos a receber

	2012	2011
Créditos de capitalização a receber	6.810	6.821
Antecipações de resgates	9.570	7.939
Provisão para riscos de créditos a receber (*)	(7.155)	(7.155)
Outras	519	52
Total	9.744	7.657

(*) Refere-se a valores não ajustados à Empresa por distribuidores de títulos os quais estão em processo formal de cobrança judicial.

12. Participações societárias (*)

	Lider Art's Comunicação Ltda. (a)	Hotel Jequitimar Ltda.	RBV Residencial Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Total 2012	Total 2011
Capital líquido	100	8.067	24.937	25.904	25.904
Patrimônio líquido	567	(239)	21.453	21.781	21.781
Lucro líquido do exercício	243	428	-	671	671
Número de quotas possuídas	99.000	5.700	3.530.220	3.634.920	3.634.920
Participação societária	99,00%	0,07%	14,26%	3,02%	3,12%
Saldo dos investimentos no início do exercício	97	-	3.028	3.125	4.107
Aquisição de investimentos (a)	-	-	-	-	100
Provisão para perdas (b)	-	-	-	-	(1)
Resultado de equivalência patrimonial	464	-	-	464	(504)
Dividendos a receber	(446)	-	-	(446)	-
Saldo dos investimentos no final do exercício	115	-	3.033	3.148	3.125

(*) Os investimentos são avaliados tomando-se por base as demonstrações financeiras das investidas, apuradas no mês anterior à apresentação das demonstrações financeiras da Empresa.

	2012	2011
a. Investida Lider Art's		
Ativo		
Circulante	678	116
Disponível	12	116
Contas a pagar	-	-
Outros	12	-
Aplicações	428	105
Obrigações fiscais	-	-
Clientes	91	11
Dividendos a pagar	-	-
Títulos e créditos a receber	146	567
Créditos tributários e previdenciários	146	100
Reservas de lucros	1	224
Lucros acumulados	5	243
Intangível	683	663

13. Imobilizado

	Imóvel de uso próprio	Bens móveis	Outras imobilizações	Totais 2012	Totais 2011
Saldos em 31 de dezembro de 2011					
Custo	18.901	5.377	1.062	25.340	25.257
(-) Depreciação acumulada	(12.693)	(4.703)	(94)	(17.490)	(16.719)
Saldo contábil líquido	6.208	674	968	7.850	8.538
Aquisições	-	64	310	374	77
Baixas/transfêrências	-	18	(120)	(102)	7
(-) Depreciação	-	(190)	(42)	(232)	(784)
Saldos em 31 de dezembro de 2012					
Custo	18.901	5.462	1.252	25.615	25.340
(-) Depreciação acumulada	(12.693)	(4.793)	(136)	(17.622)	(16.790)
Saldo contábil líquido	6.208	669	1.116	7.993	8.550
Taxas anuais de depreciação	4%	10% a 20%	4%	-	-

14. Obrigações a pagar

	2012	2011
Fornecedores	8.693	9.849
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	7.463	1.291
Outras	81	62
Total	16.237	11.202

15. Débitos de operações com capitalização

	2012	2011
Comissões sobre venda de títulos	5.542	4.113
Outras	-	2
Total	5.542	4.115

16. Provisões técnicas

	2012	2011
a. As movimentações das provisões técnicas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram:		
Saldo no início do exercício		
Matemática para resgates	160.434	201.406
Para resgate de títulos vencidos	21.406	42.696
Outras (PDA)	26.300	430.836
Total 2011	208.140	395.134
Constituição	175.353	16.686
Reativação	-	971
Atualização monetária e juros	5.720	325
Pagamento de resgates e sorteios	(7)	(124.547)
Reversões	-	(24.259)
Transfêrências	(166.082)	(4.534)
Saldo no final do exercício	175.418	219.978

b. O valor contábil dos bens vinculados em cobertura de provisões técnicas está demonstrado a seguir:

	2012	2011
Quotas de fundos de investimentos	481.802	438.937
Certificados de depósito bancário	25.199	89.617
Total Vinculado	507.001	528.553
Provisões Técnicas (Nota 16a)	466.329	430.836
Total	204.609	183.472

	2012	2011							
17. Provisões judiciais									
Provisões judiciais									
Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 30/12/2011	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2012
PIS (a)	8.291	-	-	166	8.457	-	-	-	-
COFINS (a)	153.899	7.058	-	5.900	168.547	6.142	-	335	6.477
Imposto de renda (b)	17.766	-	-	7.500	18.356	-	-	-	-
Contribuição social (c)	-	4.365	-	370	4.735	5.995	1.844	647	4.085
Trabalhista (d)	767	2.021	(154)	(95)	2.539	261	177	(33)	405
Cíveis (e)	2.749	118	(928)	126	2.065	88	380	-	468
Total	183.472	13.562	(1.082)	8.657	204.609	12.886	2.401	(33)	982

	2012	2011							
Depósitos judiciais									
Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2011
PIS (a)	8.291	-	-	295	8.586	-	-	-	-
COFINS (a)	141.479	6.193	(2.684)	8.911	153.899	5.708	-	434	6.142
Imposto de renda (b)	41.093	-	(41.914)	861	42.040	-	-	121	5.995
Contribuição social (c)	16.905	-	-	17.766	34.671	-	-	-	-
Trabalhista (d)	734	104	(140)	69	767	139	122	-	261
Cíveis (e)	851	1.453	(7.733)	498	2.749	52	36	-	88
Total	216.738	7.750	(52.471)	11.455	183.472	11.113	818	-	2.486

estar sujeita à multa de mora com valor de R\$ 18.455 e encargos legais de R\$ 37.382. Os assessores jurídicos classificam a probabilidade que a referida multa e encargos legais venham a ser efetivamente devidos como "Possível" e como consequência nenhuma provisão adicional foi constituída na data-base de 31 de dezembro de 2012.

8. Créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	2012	2011
Circulante:		
Créditos de imposto de renda a compensar	2.591	4.402
Antecipações de imposto de renda	11.273	5.310
Créditos de contribuição social a compensar	412	1.165
Antecipações de contribuição social	4.164	1.970
Outros	38	617
Total	18.478	13.464

Não circulante:

	2012	2011
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (a)		
Imposto de renda	74.385	72.855
Contribuição social	44.631	43.763
Total	119.016	116.568

Créditos tributários sobre prejuízo fiscal (b)

	2012	2011
Imposto de renda	-	1.056
Contribuição social	-	634
Total	-	1.690

a. Créditos tributários sobre diferenças temporárias

Os créditos tributários decorrem, substancialmente, das provisões judiciais (Nota 17) e do ajuste a valor presente dos valores a receber da alienação dos investimentos (Notas 21-e-f-g). O prazo de realização dos créditos tributários de provisões judiciais está condicionado ao desfecho das ações em andamento.

	2012	2011
Diferenças temporárias		
Valor	168.456	42.114
Imposto de renda	1.768	442
Contribuição social	2.266	516
Valor	172.480	44.072
Imposto de renda	74.385	72.855
Contribuição social	44.631	43.763
Total	119.016	118.258

b. Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social

Em 31 de dezembro de 2011 a Empresa apresentava o montante de R\$ 4.223 referentes a prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social originários do exercício de 2010. A constituição dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias, as quais apontavam para a geração de lucro tributável para a realização no exercício de 2012. Em decorrência de resultados favoráveis apresentados no exercício de 2012 estes créditos tributários foram totalmente compensados.

9. Despesas antecipadas

	2012	2011
Prestação de serviços a apropriar	2.494	1.663
Outras	126	81
Total	2.620	1.744

10. Outros créditos operacionais

	2012	2011
Alienação de investimentos:		
Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Nota 21-e)	17.086	16.143
Promolider Promotora de Imóveis Ltda. (Nota 21-g)	662	614
Outros	2	38
(-) AVP - Ajuste a valor presente:		
Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Nota 21-e)	(278)	(844)
Promolider Promotora de Vendas Ltda. (Nota 21-g)	(281)	-
Saldos bancários bloqueados por decisão judicial	36	-
Total	17.227	15.951

11. Outros valores e bens

	2012	2011
Alienação de investimentos:		
Banco Panamericano S/A (Nota 21-f)	350.768	325.351
(-) AVP - Ajuste a valor presente:		
Banco Panamericano S/A (Nota 21-f)	(103.554)	(123.546)
Total	247.214	201.805

12. Demonstração de resultados

GRUPO
SILVIO SANTOSCNPJ nº 60.853.264/0001-10
Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

	Direitos/(obrigações)		Recargas/(despesas)	
	2012	2011	2012	2011
Outros créditos a receber - Não circulante (e-g)-	17.189	15.913	1.501	(508)
Silvio Santos Participações S.A.	350.768	325.351	25.416	15.781
AVP - Ajuste a valor presente - CPC 12	(103.554)	(123.546)	19.992	3.023
Outros valores e bens (f)	247.214	201.805	45.408	18.804
Dívidas sobre o capital próprio a pagar	(4.250)	-	-	-
Dividendos a receber	446	-	-	-
Dividendos a pagar	(3.213)	(1.291)	-	-
Dívidas sobre o capital próprio e dividendos	(7.017)	(1.291)	-	-
BF Utilidades Domésticas Ltda.	-	(111)	-	-
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	-	(37)	-	-
Silvio Santos Participações S.A.	(1)	-	-	-
SSR Com. de Cosméticos e Prod. Hlg.	-	-	-	-
Pessoal Ltda.	(2)	(2)	-	-
Hotel Jequití Ltda.	(6)	(6)	-	-
Outras Contas a Pagar	(9)	(157)	-	-

a. **Despesas de Comercialização:** As despesas que estão registradas neste grupo são decorrentes de: Custos por veiculação publicitária, propaganda e divulgação dos títulos de capitalização de comercialização;

ii. Contrato de cessão de direito de imagem e voz, com o objetivo de promoção de campanhas publicitárias de seus produtos;

b. **Despesas com serviços de terceiros:** refere-se ao rateio de serviços contábeis, financeiros, de suporte administrativo e de processamento de dados que foi mantido com a empresa GSS - Centro de Serviços Compartilhados Ltda. ("GSS") até abril de 2011. A partir de maio de 2011, com a descontinuidade do CSC, foi estabelecido um contrato de rateio destas despesas com o SBT, que absorveu as atividades do CSC. Os valores decorrentes dessas operações estão classificados na rubrica "Obrigações a pagar", os quais estão pendentes de pagamento e correspondem a parcelas ainda não vencidas, com observância dos prazos usuais.

c. **Recargas/(despesas) de aluguel:** A Empresa mantém contratos de aluguel de imóveis com empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram registrados na rubrica "Recarga com imóveis de renda", o saldo pendente de recebimento está registrado na rubrica "Títulos e créditos a receber". A Empresa mantém filial em imóvel de empresa ligada e outras partes relacionadas e foram registradas na rubrica "Aluguel de imóveis", o saldo pendente de pagamento está registrado na rubrica "Outras contas a pagar".

d. **Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui conselheiros e diretores e os valores pagos a título de pró-labore montam R\$ 1.668 (R\$ 808 em 2011).

e. Em 4 de maio de 2009, os investimentos anteriormente mantidos na Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. foram alienados à BF Utilidades Domésticas Ltda., pelo seu valor contábil, no montante total de R\$ 23.814, para pagamento em parcelas mensais e consecutivas, reajustadas pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPCA). O saldo remanescente de R\$ 15.714 em 31 de dezembro de 2011, teve seu prazo de vencimento prorrogado para 4 de maio de 2013, e encontra-se registrado na rubrica "Outros valores e bens", no longo prazo.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Administração da Empresa registrou o montante de R\$ 1.451 a título de ajuste a valor presente (AVP). O AVP foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, anteriormente registrado pelo seu valor de face e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IPCA até a data de vencimento. Este registro reduziu o saldo da rubrica "Outros créditos operacionais" de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

	2012	2011
Valor do contas a receber (Nota 10)	17.086	16.143
(-) AVP - Ajuste a valor presente - CPC-12 (Nota 10)	(278)	(844)
Valor do conta a receber ajustado ao valor presente	16.808	15.299

Foram registrados tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 111 (R\$ 338 em 2011).

f. Em 17 de novembro de 2010, a Empresa alienou à Silvio Santos Participações S.A. o total de 60.983.906 ações dos investimentos anteriormente mantidos no Banco Panamericano S.A., pelo montante de R\$ 305.529 (R\$ 5,01 por ação). Este montante tem vencimento para liquidação em 16 de novembro de 2020 atualizado pela variação do IGP/M - Índice Geral de Preços para Mercado. Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Empresa, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente registrou o montante de R\$ 126.569 a título de ajuste a valor presente (AVP) sobre o montante a receber decorrente da referida venda, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações assinado em 17 de novembro de 2010. O AVP foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, anteriormente registrado pelo seu valor de face e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IPCA até a data de vencimento. Este registro reduziu o saldo da rubrica "Outros valores e bens" de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

	2012	2011
Valor do contas a receber (Nota 11)	350.768	325.351
(-) AVP - Ajuste a valor presente - CPC-12 (Nota 11)	(103.554)	(123.546)
Valor do conta a receber ajustado ao valor presente	247.214	201.805

Foram registrados tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 41.422 (R\$ 49.418 em dezembro de 2011).

g. Em 29 de dezembro de 2010, foi alienado à Silvio Santos Participações S.A. o total de 989 quotas sociais dos investimentos mantidos na Promolider Promotora de Vendas Ltda. pelo montante de R\$ 584 para pagamento em 27 de dezembro de 2022 atualizado pela variação do IGP/M - Índice Geral de Preços para Mercado.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Administração da Empresa registrou o montante de R\$ 281 a título de ajuste a valor presente (AVP). O AVP foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, anteriormente registrado pelo seu valor de face e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IPCA até a data de vencimento. Este registro reduziu o saldo da rubrica "Outros créditos operacionais" de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

	2012	2011
Valor do contas a receber (Nota 10)	662	614
(-) AVP - Ajuste a valor presente - CPC-12 (Nota 10)	(281)	-
Valor do conta a receber ajustado ao valor presente	381	614

Foram registrados tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 112.

22. Plano de aposentadoria complementar

A Empresa é co-patrocinadora do Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão (administrado pela MetLife Administradora de Fundos Multipatrocínio Ltda.), entidade fechada de previdência privada que atenderá às condições de elegibilidade estabelecidas nos regulamentos, benefícios suplementares aos da previdência social. O plano está estruturado na modalidade de "Contribuição Definida", e o regime atuarial adotado é de capitalização financeira. As contribuições da Empresa correspondem a 5% do "salário de participação" definido no Regulamento do Plano e a 100% da contribuição básica efetuada pelos participantes. A Empresa participa também com contribuições especiais, segundo fórmula de cálculo estabelecida no Regulamento, e a seu exclusivo critério, com contribuições extraordinárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as contribuições pagas ao fundo totalizaram R\$ 745 (R\$ 518 em 31 de dezembro de 2011).

23. Gestão de risco

a. Filosofia de gestão corporativa

A gestão corporativa do Grupo Silvio Santos pauta-se por iniciativas que refletem solidez e rentabilidade. Neste contexto, cabe mencionar a existência de comitês de gestão que estão em linha com as melhores práticas de mercado, a saber:

1. **Conselho de direção,** compete zelar pelos interesses dos acionistas, decidir sobre os planos estratégicos de investimentos, empreendimentos, orçamentos, objetivos gerais e sociais das empresas e, ainda, aprovar as estratégias de atuação do grupo Silvio Santos.

2. **Comitê financeiro,** formula e define as principais estratégias e assuntos financeiros do grupo e de suas empresas, propondo e padronizando a consolidação das políticas e práticas relacionadas com controles financeiros;

3. **Comitê de marketing,** identifica novas oportunidades de vendas e de diversificação de produtos.

4. **Comitê de R.H.,** propõe, examina e acompanha todos os planos, práticas e processos relativos aos temas que envolvem esta especialidade.

5. **Comitê de tecnologia da informação,** é o ente responsável pela atualização e manutenção das políticas de Tecnologia da Informação do grupo, de forma a garantir a eficácia operacional dos negócios.

6. **Comitê de auditoria e risco,** responsável pela gestão prudente dos negócios.

b. Procedimentos de prevenção

É de responsabilidade de todos os funcionários e colaboradores tomar conhecimento do Código de Conduta Ética do Grupo, além de evitar situação que implique ou possa ser interpretada como prejuízo à organização e suas empresas, e, por consequência, a si próprio. O funcionário ou colaborador deve comunicar imediatamente, aos supervisores ou ao Comitê Interno de Ética, quaisquer situações ou transações que esteja ou possa estar relacionada ao risco de fraude.

Além das responsabilidades comuns a todos os funcionários, compete ainda aos profissionais em cargos de comando e/ou assessoria, dar conhecimento ao Código de Conduta Ética a todos os funcionários e colaboradores sob sua responsabilidade. Respeitar e praticar, de forma inequívoca, os preceitos de boas práticas, bem como orientar seu grupo de trabalho a manter o mais alto padrão de comportamento ético.

É de responsabilidade ainda dos gestores em cargos de comando, desenvolver um ambiente de trabalho que estimule um diálogo franco, principalmente em relação a conflitos de interesse e posturas éticas. Deverá ainda analisar as situações de conflito de interesse identificadas, situações de suspeitas de fraudes e encaminhá-las para o departamento de Recursos Humanos, que por sua vez, as direcionará ao Comitê Interno de Ética.

c. Lavagem de dinheiro

A Circular nº 445/12 da SUSEP dispõe sobre os controles internos específicos com o objetivo de prevenir e combater os crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, ou os crimes que com eles possam se relacionar, acompanhar as operações realizadas e as propostas de operações com pessoas politicamente exposta, bem como prevenir e coibir o financiamento ao terrorismo, contidos na Lei 9.613/98. A Empresa observa rigorosamente tais preceitos ao definir, como uma de suas políticas básicas, o tempo de conhecimento de seus clientes, mantendo atualizadas suas informações cadastrais. Os mesmos, o conhecimento de procedimentos internos que visam coibir: a) a compra ou venda de ativos por preço significativamente inferior ou superior ao de mercado; b) a mudança repentina ou aparentemente injustificada na forma de movimentação de recursos e nos tipos de transações utilizadas; c) operações ou propostas de operações com vínculo direto ou indireto, realizada por pessoa estrangeira que seja residente, domiciliada ou tenha sede em região considerada paraíso fiscal ou em locais onde é observada a prática contumaz de crimes tipificados pela Lei 9.613/98. Operações suspeitas são comunicadas ao COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras no prazo de 24 horas contadas de sua verificação, conforme circular específica.

Operações suspeitas são as que podem configurar indicio de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613/98. As comunicações das operações suspeitas de lavagem de dinheiro são realizadas por meio do sítio do COAF, sem que seja dada ciência aos envolvidos. As comunicações de boa fé, conforme previsto no § 2º do art. 11, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, não acarretam responsabilidade civil, penal ou administrativa às sociedades de capitalização, seus controladores, administradores e empregados.

Considerando o produto TeleSena de baixo valor unitário e que é distribuído de forma pulverizada em todo território nacional, não verificamos o risco de lavagem de dinheiro, porém a administração adota em resposta aos requerimentos da Circular SUSEP nº 249, a implantação e implementação do sistema de controles internos. O ambiente de controle, sua adequação e efetividade são avaliados pelos agentes de compliance, mediante a apreciação dos seus respectivos processos e atividades, resultando na avaliação e na adoção de planos para melhoria dos controles identificados com algum tipo de ineficiência, fragilidade e/ou inexistência.

Gestores e colaboradores devem se certificar da capacidade financeira e da origem dos recursos de seus clientes e parceiros comerciais, contribuindo assim para o combate à lavagem de dinheiro, ocultação de bens, direitos ou valores de origem ilícita.

Periodicamente são promovidos treinamentos específicos sobre monitoração, identificação e comunicação de operações que possam caracterizar indicio de Lavagem de Dinheiro, bem como Prevenção a Fraudes.

d. Riscos técnicos e atuariais

A estrutura de gestão técnica dos produtos é realizada pela própria empresa. Os trabalhos atuariais são realizados por uma empresa contratada para este fim. De acordo com a Circular SUSEP nº 272/04, o parecer do Atuário inferior às necessidades técnicas estão adequadamente constituídas, sendo os ativos garantidores superiores às provisões requeridas.

O produto título de capitalização, não demanda a modalidade de resseguro para sua operacionalização.

e. Riscos financeiros

A política operacional de gerenciamento financeiro é definida pelo Comitê Financeiro. A empresa utiliza-se da ferramenta específica e de serviços de consultoria econômica para avaliação de cenários.

A administração dos recursos financeiros, oriundos dos investidores em títulos de capitalização, é exposta a diversos riscos cujas ações internas procuramos eliminar ou minimizar, dentro de posturas conservadoras, preservando a segurança e liquidez dos ativos, com baixa exposição a estes riscos. As aplicações financeiras são alocadas de modo a atender os requisitos acima, e enquadrados dentro das normas exigidas pelos órgãos competentes.

f. Riscos operacionais

A avaliação e monitoramento dos riscos operacionais e dos controles internos são geridos pela área de Operações Internas, ligada à Diretoria Administrativa Financeira. Esta tem por objetivo impulsionar a cultura de controles em busca de ações voltadas para a conformidade. Responde por verificações periódicas junto às várias áreas da Empresa, tendo por resultado responder ações no sentido de esclarecer e regularizar eventual não conformidade, observando o atendimento à Circular SUSEP nº 249/04. Para tanto, é periodicamente elaborado o relatório do Sistema de Controles Internos e de Avaliação dos Riscos de Controles Internos (Gestão de Compliance).

Conforme disposto na Circular SUSEP nº 249/04, o resultado do acompanhamento sistemático dos controles internos é submetido à Diretoria, com uma periodicidade mínima semestral, e seus resultados são formalizados em relatórios específico e arquivados na área de Controles Internos da empresa, desta forma a adoção deste mecanismo propicia o aprimoramento da gestão de riscos. Para sua atuação, segue, normalmente, os seguintes normativos internos e externos: a) as normas legais dos organismos reguladores; b) princípios de segregação de funções; c) princípios éticos e normas de conduta; d) regulamentos, normas e procedimentos internos; e) sistema de informações, planos de contingência; f) processos de prevenção à lavagem de dinheiro e g) processo de auditoria de fraude. Além destes fatores, são administrados os relacionamentos com a fiscalização, os auditores internos e externos e as relações com associações de classe.

g. Risco de crédito

A possibilidade de perda devido à inadimplência do tomador dos recursos é minimizada evitando concentração de valores numa única instituição, bem como seguindo análises de risco corporativas e agências de rating. Entendendo títulos emitidos pelo Governo Federal como Risco Soberano e com classificação de baixo risco de crédito, há grande concentração no portfólio da carteira, sempre com parâmetro interno de mínimo 50% (cinquenta por cento) do total aplicado.

Títulos Privados, preferencialmente em Certificados de Depósitos Bancários, são aplicados, principalmente, com prazo inferior a 90 (noventa) dias, visando buscar o equilíbrio entre liquidez e minimizar o risco de crédito.

h. Risco de mercado

A Empresa atua exclusivamente no segmento de renda fixa. Não atua diretamente no segmento de renda variável, moedas e índices de preços, por entender que a volatilidade destes mercados, possa afetar a liquidez e a previsibilidade dos ganhos financeiros, além de não ser referência de correção das reservas matemáticas. Tal conceito leva em conta a configuração do nosso principal produto, TeleSena, que tem como principal característica a capitalização por um ano, e correção pós fixada pela TR e juros anuais.

Não atuamos diretamente no mercado de derivativos, e os eventualmente constantes na posição, são definidos pelos gestores de fundos exclusivos de investimento, com objetivo de trocar posições pré-fixadas para pós-fixadas, mantendo a direção principal estabelecida pela Empresa. No âmbito da gestão de risco de mercado, a Empresa adota modelo interno baseado no VAR - Value at Risk, amplamente aceito e difundido pelo mercado. Embora aplicado a carteiras complexas, possui leve em consideração os efeitos de alavancagem e diversificação, o que não é o caso da carteira da Empresa, entendemos ser o melhor instrumento para apuração de possíveis perdas pelas oscilações dos preços dos ativos, além de ser comparável com performances de fundos abertos do mercado financeiro.

A Empresa adota dois intervalos de sanção na mensuração do VAR, um de 99% de intervalo para atender exigência de Risco de nível, e um de 95% de intervalo, o mais utilizado pelos gestores do mercado financeiro. A escolha do nível de confiança é questão de convenção, já que os intervalos VAR resultantes são de qualquer forma comparáveis entre si, considerando o número de dias de perda provável.

Considerando ainda que o benchmark da Empresa é o CDI - Certificado de Depósito Interbancário, e que toda a exposição do portfólio, seja direta ou indiretamente atrelado a este índice, que mesmo em cenários de stress, a carteira tenha um desempenho muito perto dos 100% esperado deste índice.

Período	Carteira	CDI	% CDI	VAR Diário (*)	CDI Diário
jan/12	0,8772%	0,8853%	99,09%	0,0050%	0,0013%
fev/12	0,7374%	0,7415%	99,45%	0,0082%	0,0046%
mar/12	0,8100%	0,8060%	100,50%	0,0084%	0,0042%
abr/12	0,6990%	0,6999%	99,87%	0,0085%	0,0039%
mai/12	0,7238%	0,7325%	98,81%	0,0084%	0,0035%
jun/12	0,6346%	0,6385%	99,39%	0,0085%	0,0034%
jul/12	0,6624%	0,6756%	98,04%	0,0085%	0,0037%
ago/12	0,6734%	0,6866%	98,08%	0,0047%	0,0007%
set/12	0,5271%	0,5373%	98,11%	0,0044%	0,0005%
out/12	0,5973%	0,6072%	98,37%	0,0038%	0,0005%
nov/12	0,5340%	0,5446%	98,05%	0,0032%	0,0003%
dez/12	0,5069%	0,5077%	99,84%	0,0026%	0,0000%

(*) VAR intervalo de confiança de 95% a média móvel de 252 dias úteis

O mapeamento do risco pela VAR é realizado em 4 janelas móveis de 21, 63, 126 e 252 dias úteis, medindo eventual superando do limite do VAR (back test), além de simular uma ruptura da carteira, baseada em rentabilidade do "pior" retorno dos períodos analisados.

Mapeamento de risco	Mensal (21 dias)	Trimestral (63 dias)	Semestral (126 dias)	Anual (252 dias)	Importância segura
VAR 95% confiança	0,0010%	0,0014%	0,0026%	0,0090%	9.740
Stress histórico do período	0,0010%	0,0020%	0,0085%	0,0103%	1.371
VAR pelo % mínimo real	0,0028%	0,0062%	0,0062%	0,0242%	504
Fechamento pelo VAR	95,35%	95,15%	94,97%	93,66%	160
Fechamento stress histórico	95,35%	95,08%	94,27%	94,03%	9.900
Fechamento pelo mínimo	95,15%	94,61%	94,58%	92,45%	1.800
VAR em R\$	6.062	8.106	15.262	52.639	1.000
Máxima do período	107,39%	111,89%	111,89%	158,20%	1.000
Mediana	99,77%	98,29%	98,13%	98,57%	908
Média	99,67%	98,69%	98,41%	98,95%	800

Os valores apurados como perda estimada são imateriais considerando o valor da carteira. Em rentabilidade, no pior cenário, a carteira pode variar entre 92,4% a 95,4% do CDI que consideramos um patamar mais adequado visto que a proposta é estar próximo dos 100% do índice.

Em paralelo, mas com o mesmo conceito de apuração do risco da carteira, a Empresa mantém contrato de prestação de serviços com empresa especializada em avaliação de risco da carteira, com os mesmos conceitos internos de apuração, agregando ainda a performance da Empresa comparando com o mercado, além de informações relevantes na avaliação de crédito do portfólio.

i. Risco de liquidez

A opção de não manter nenhum título público até o vencimento, e títulos privados, preferencialmente, em até 90 (noventa) dias, são as principais medidas para o gerenciamento da liquidez, muito acima da exigibilidade do prazo médio de pagamento das reservas técnicas. É compromisso da Empresa, seja qual for o cenário macro-econômico vigente, que o investidor do título tenha o seu resgate garantido, dentro dos prazos e correções estabelecidas nos títulos.

Vencimentos	"Duration" 5 dias	Vencimentos "Duration" 9 dias	% Critério Liquidez	% Critério Vencimento
Sem vencimento	523.182	514.470	89,72%	88,23%
De 01 a 30 dias	8.134	1.407	1,40%	1,40%
De 31 a 60 dias	51.797	51.797	8,88%	8,88%
De 61 a 90 dias	-	-	0,00%	0,00%
De 91 a 180 dias	-	-	0,00%	0,00%
De 181 a 365 dias	-	5.448	0,00%	0,93%
De 366 a 720 dias	-	3.264	0,00%	0,56%
Acima de 720 dias	-	-	0,00%	0,00%
Total	583.113	583.113	100,00%	100,00%

O **Duração** da carteira no critério de liquidez é de 5 dias, com 100% dos recursos disponíveis em até 60 dias, refletindo o conservadorismo da Empresa visto que seu principal produto tem características de alta liquidez e com reserva matemática com duração de 80 dias.

Liquidez da carteira	Carteira	Provisão matemática	% V Carteira	% V Reserva
Imediata	523.182	-	89,72%	0,00%
De 01 a 30 dias	8.134	280.382	1,40%	60,13%
De 31 a 60 dias	51.797	15.702	8,88%	3,37%
De 61 a 90 dias	-	15.976	0,00%	3,42%
De 91 a 180 dias	-	62.571	0,00%	13,42%
De 181 a 360 dias	-	91.698	0,00%	19,66%
De 361 a 720 dias	-	-	0,00%	0,00%
Acima de 720 dias	-	-	0,00%	0,00%
Total	583.113	466.329	100,00%	100,00%

A liquidez da carteira de investimentos proporciona, com exceção margem de segurança, o pagamento integral da reserva matemática, dentro de prazos e condições estabelecidas nos títulos e seguindo a legislação em vigor.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Empresa classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

	Vencidos		A vencer		Total
	Sem vencimento	Até 1 ano	de Acima Até 1 ano	de Acima	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	247	-	-	-	247
Aplicações	44.476	-	-	538.637	583.113
Créditos das operações de capitalização	-	-	34.041	-	34.041
Títulos e créditos a receber	-	3	9.741</		